

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 26: Conflitos Socioambientais

Terra, moralidades, política e desenvolvimento sustentável:

*brigas em Novo Progresso (Pará)*

Renata Barbosa Lacerda

PPGAS/MN/UFRJ

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho<sup>1</sup> analisa a categoria de *briga* e as avaliações morais de *assentados*, *produtores rurais*, *comerciantes*, *garimpeiros* e *madeireiros*<sup>2</sup> referentes à implantação do Plano BR-163 Sustentável desde meados dos anos 2000 no município de Novo Progresso (Pará). O objetivo é compreender o acirramento dos conflitos socioambientais associados principalmente à demarcação da unidade de conservação Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim e do assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, ambos criados nos marcos da mencionada política de ordenamento territorial e gestão ambiental. Emprega-se a narrativa como ferramenta metodológica por revelar identidades de posição social (Heredia, 1983) e formas de representação social (Sigaud, 1979) através de suas regularidades, mas também por ser ação e construir relações sociais (Herzfeld, 1985; Gilsenan, 1996). As histórias de vida, por sua vez, demonstram não só a mobilidade geográfica, social e econômica, mas também os constrangimentos e oportunidades que se apresentam de forma imprevisível às famílias ao longo do tempo pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e legais (Olwig, 2007).

A literatura destaca a devastação ambiental, a grilagem e a violência resultante do processo histórico de ocupação das terras devolutas (terras públicas da União não destinadas) nessa região, como assassinatos, ameaças e expulsões decorrentes de conflitos fundiários<sup>3</sup>. Parte dessa literatura e dos próprios interlocutores atribuem aos chamados “setores econômicos dominantes” os protestos no município estudado, dentre eles os bloqueios de rodovia contra políticas fundiárias e ambientais que mudam as *regras do jogo* de acesso à terra e recursos naturais. Contudo, busca-se demonstrar que os *pequenos* (setores considerados dominados) refletem eticamente acerca de sua posição nessas relações com os *grandes* e com o Estado. Assim, as *brigas* expõem transversalidades entre formas de constituição de sujeitos morais e de conhecimento (Foucault, 2010) e formas de luta social e política.

---

<sup>1</sup> Realizamos dois trabalhos de campo em 2013 com apoio da CAPES e FAPERJ. Entrevistamos os agentes mencionados – sobretudo *assentados* e *produtores* – e lideranças (sindicais, de associações e partidos políticos). O itálico é usado para termos nativos.

<sup>2</sup> Categorias mobilizadas politicamente pelos agentes e suas entidades representativas.

<sup>3</sup> Cf. Castro, Monteiro & Castro (2005); Torres (2005, 2012); Almeida (2008); Correa, Castro & Nascimento (2013); Torres & Branford (2017); Torres, Doblas & Alarcon (2017).

### **Brigar junto com pautas diferentes**

Em outubro de 2013, *trabalhadores rurais (assentados*<sup>4</sup> ou não), *garimpeiros, produtores rurais*<sup>5</sup>, *comerciantes*<sup>6</sup>, *madeireiros* (donos de serrarias ou comerciantes de madeira)<sup>7</sup> e suas entidades de representação bloquearam por oito dias consecutivos a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) na cidade de Novo Progresso, conforme foi noticiado de maneiras variadas por meios de comunicação nacionais e locais. As reivindicações foram:

- a) o livre acesso de *garimpeiros* à Flona do Jamanxim, pois vinham sendo impedidos pela guarita de fiscalização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela administração de áreas protegidas federais;
- b) a redelimitação dessa unidade de conservação (UC) de uso sustentável pelo mesmo instituto;
- c) a regularização do assentamento PDS Terra Nossa pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela sua demarcação.

Tanto o PDS Terra Nossa (149.842 hectares) quanto a Flona do Jamanxim (1.301.120 hectares) foram criados em 2006 como parte das ações do Plano BR-163 Sustentável de combate ao desmatamento através da regularização fundiária, demarcação de áreas protegidas e mecanismos de participação social (Araújo, 2007). Encabeçado pelo governo federal, o Plano contou com a participação de governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil da área de influência da BR-163. Contudo, desde a instituição desses territórios houve aumento de desmatamento (Torres, Doblaz & Alarcon, 2017) e contestações (judiciais, legais e ações coletivas) de que teriam se sobreposto a garimpos e posses de *produtores rurais*. Assim, se desenrolaram as disputas:

- a) de *garimpeiros* pela regularização de sua atividade frente à crescente competição com grandes mineradoras pela aprovação

---

<sup>4</sup> Nessa situação, o termo *assentados* corresponde às cerca de 120 famílias que têm lote no PDS Terra Nossa, nem sempre oficialmente, pois a maioria não tem registro no Incra, tendo *entrado* ou *comprado* a terra. Plantam e criam pequenos animais.

<sup>5</sup> Os *produtores rurais (pequenos e grandes)* da Flona podiam agregar à *produção* agropecuária atividades no comércio, venda de madeira e/ou no garimpo – em geral os *grandes* possuem máquinas, o que os coloca na posição de *patrão dos garimpeiros*.

<sup>6</sup> Podem ser *empresários* ou donos de pequenos comércios. Há *comerciantes* que também são *produtores*, ou que também são *garimpeiros*.

<sup>7</sup> Sua atividade pode ou não ser legal. Há *madeireiros* que compram toras de madeira de *produtores* e *assentados* no município.

de requerimentos de lavra em UCs que possuem zonas previstas para a mineração, como a Flona do Jamanxim;

b) de *trabalhadores* e, sobretudo, *produtores rurais* da Flona, ambos contrários a essa UC, atuando pela sua anulação legal ou redução pelo ICMBio;

c) entre *assentados* e os *fazendeiros*<sup>8</sup> que se reivindicam *posseiros* de determinadas áreas do PDS pela delimitação do assentamento, e deles com o Incra.

Essas contestações, chamadas de *brigas*, eram relatadas principalmente pelas lideranças como episódios de uma *briga* comum com o *governo*<sup>9</sup>, vivenciada como *luta* por pautas e *direitos* (morais e legais) específicos. Ao que os dados indicam, *lutar* possui um significado mais amplo que *brigar*, sendo mais referida nessa situação de pesquisa a *lutas* que se prolongavam por anos, no sentido de “*luta* da/contra Flona” (para *produtores*), “*luta* do PDS Terra Nossa” e “*luta* para ficar” (para *assentados*) e “*luta* por uma terra” (quando se referem à *luta* dos *fazendeiros* do entorno do PDS)<sup>10</sup>. Já a ação coletiva de bloquear ou fechar a BR-163 – também chamada de *fazer movimento*, *manifesto* ou *greve* – é entendida como uma forma de *brigar*, dentre outras formas possíveis. Além da *greve*, *assentados* falavam sobre a recente “*briga* na justiça” entre os *fazendeiros* do entorno do PDS e o Incra, parte da *luta* contínua que enfrentam para permanecer no assentamento. Um *produtor rural* que reivindica ter posse de um lote na Flona mencionou ainda a “*briga* no congresso”, que diz respeito a dois Projetos de Decreto Legislativo (PDL), de autoria dos deputados federais pelo PMDB/PA Asdrubal Bentes e Zequinha Marinho, que buscam sustar decretos de fevereiro de 2006 que criaram UCs no Pará, dentre elas a Flona do Jamanxim.

Em suma, *briga* tem o significado de enfrentamento com algum agente específico que pode continuar indefinidamente, mas cujo repertório de ações é marcado espacialmente (rodovia, congresso, justiça, Brasília, Belém) e temporalmente pela durabilidade, pela evocação de episódios passados (outras

<sup>8</sup> *Fazendeiros* é o termo empregado por outros agentes para se referirem a médios e *grandes produtores rurais*. Já os *sitiantes* são *pequenos*.

<sup>9</sup> *Governo* significa por vezes órgãos particulares como o Incra, o Ibama, o ICMBio e, outras vezes, a ideia de governo federal (“Brasília”), estadual (“Belém”) ou regional (“Santarém”).

<sup>10</sup> O termo *luta* remete assim ao sentido comunitário assinalado por Comerford (1999).

*greves*, reuniões com o *governo*) e projeção de episódios futuros (promessas, ameaças de *greve*, reuniões agendadas).

### **As causas das *brigas*: a mudança das *regras do jogo***

A heterogeneidade de problemas e/ou *sofrimentos* enfrentados é notória nas histórias de vida e narrativas dos agentes integrantes do bloqueio da BR-163 de 2013. Os *produtores rurais* da Flona do Jamanxim, especialmente aqueles que chegaram em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, dizem ter *sofrido* num passado de desbravamento dessa terra, ao seu ver inóspita. Naquele tempo, seguiam as *regras do jogo* do *governo*, isto é, a *abertura de terras* (comprovação de ocupação pelo desmatamento) para terem suas posses reconhecidas pelos documentos conferidos pelo Incra de 1982 a 2004.

Porém, em dezembro de 2004 a Portaria Conjunta nº 10 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Incra, uma das medidas emergenciais do Plano BR-163 Sustentável, invalidou qualquer direito atrelado a esses documentos cadastrais expedidos pelo Incra em terras públicas federais. O efeito disso foi a suspensão dos planos de manejo existentes, pois passava a ser exigido o título de propriedade. Isso é apontado por habitantes em geral como uma retirada de “*direitos de todo mundo*” e o início de uma *crise* no município, em especial do setor madeireiro, pois os *madeireiros*, em sua maioria vindos do Mato Grosso desde os anos 1990, passaram a depender de áreas regularizadas para conseguirem a aprovação de planos de manejo. O Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará (Simaspa) foi o primeiro a reagir contra essa medida, organizando bloqueios de rodovias em 2005.

Na perspectiva de *produtores rurais*, suas associações e o sindicato patronal, o Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso (Sinprunp), assim como parte dos *comerciantes* que partilham de trajetórias semelhantes, a Portaria de 2004 foi apenas o início da mudança das *regras do jogo*. Para eles, o seu agravamento foi a criação da Flona do Jamanxim, que acusam de não ter feito a consulta prévia conforme a lei do SNUC (nº 9.985, 18/07/2000) exige. Somado a isso, foi intensificada a fiscalização ambiental, considerada iniciativa do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama). Desde o início de 2013 esse instituto realiza – com a Força Nacional e o ICMBio – operações que embargaram milhares de lotes e cabeças de gado, assim como apreenderam e destruíram equipamentos usados para atividades ilegais, mas que muitos consideram ser instrumentos de *trabalho*.

Ainda desde a Portaria de 2004, os *garimpeiros* – ex-seringueiros ou pequenos agricultores nordestinos que desde a década de 1970 se voltaram para a garimpagem de ouro – passaram a depender de posses com prova de propriedade para usar o subsolo. A isso se somou em abril de 2013 a guarita do ICMBio, que passou a impedir a circulação de combustível, necessário para o maquinário de extração de ouro, pela área da Flona. A principal reclamação do presidente do sindicato de *garimpeiros* (Siganp) era de que essa UC se sobrepôs à Reserva Garimpeira do Tapajós – criada pelo *governo* em 1983 para “amenizar o conflito entre garimpeiros e donos de alvarás de pesquisa” – e ainda por cima favoreceria requisitos de pesquisa das *grandes* mineradoras.

Já para os *assentados*, muitos vindos durante a *fofoca do garimpo* (início dos anos 2000), a mudança das *regras do jogo* no município significou a destinação de terras devolutas para o assentamento e simultaneamente a sua não-demarkação. Como Torres (2012) demonstra, o PDS Terra Nossa fez parte da criação de uma centena de assentamentos da modalidade PDS no oeste do Pará decorrente do pacto ilegal entre o Incra, o Ibama e o Simaspa, o qual buscava florestas primárias de fácil aprovação de planos de manejo após a Portaria de 2004. Isso e a falta de licença ambiental geraram a indefinição judicial que o Terra Nossa enfrenta desde 2007, quando o Ministério Público Federal suspendeu esses assentamentos.

Assim, os *assentados* relatam *sofrer* desde que chegaram ao PDS devido à infraestrutura precária e falta de crédito, e culpam o Incra por não ter cumprido o *acordo* com fazendeiros de desafetação das suas posses comprovadas, ou seja, à sua retirada do perímetro do assentamento para que pudessem ser tituladas pelo Programa Terra Legal, conforme determinou a Justiça Federal em 2010. Para piorar, no início de 2013 a justiça decidiu pela regularização das terras de *fazendeiros* que processaram o Incra, determinando a paralisação da demarcação de suas posses e a expulsão de

quinze famílias de *assentados* que se encontram nesse local. Apesar do Incra ter recorrido com base no fato de que esses *fazendeiros* concentram terra ilegalmente, o recurso foi negado, mantendo a situação indefinida.

De todo modo, uma narrativa comum perpassava as entrevistas e discursos públicos desses agentes ao buscarem estabelecer a causalidade dos problemas: a denúncia moral e legal do *governo*, formado por órgãos reconhecidamente autônomos, mas igualmente responsáveis pela privação de *direitos* – ao acesso à terra e a recursos naturais – que *regras* atuais ou anteriores dizem assegurar ou promover. Em suas falas, o *governo* teria estagnado o município com as novas *regras*, pois prejudicou as “vocações regionais” (madeira, garimpo e gado), ferindo o *direito* de *trabalhar* e *produzir*, e gerou o “impasse” judicial entre os *direitos* à posse e ao assentamento. Como a noção de economia moral de Thompson (1998) permite observar, esse sentimento de desrespeito a normas sociais (e nesse caso inclusive legais) produziu o consenso não só entre esses agentes, mas na sociedade mais ampla acerca da ilegitimidade da forma de implantação pelo *governo* das novas políticas fundiárias e ambientais. Esse sentimento compartilhado de injustiça, por sua vez, motivou *brigas* conjuntas como o bloqueio de 2013, que mobilizou milhares de pessoas contabilizadas pelas refeições servidas durante a manifestação.

### ***Apoios e ajudas***

À exceção dos *madeireiros*, cujo sindicato negou ter aderido à *greve* – pois vinham conseguindo a aprovação de planos de manejo nos marcos das novas *regras* –, *produtores*, *assentados*, *garimpeiros* e *comerciantes* agiram de forma coordenada para sua realização. Essa coordenação à primeira vista nos surpreendeu e influenciou os objetivos da pesquisa, visto que a literatura regional e o trabalho de campo indicavam conflitos entre determinadas categorias sociais presentes na *greve* (Lacerda, 2015). Essa aparente contradição para observadores externos se desfaz ao questionarmos, inspirados em Simmel (1955), a pressuposição de que discordâncias seriam incompatíveis com o sentido amplo do conceito de unidade social. Afinal, forças divergentes e convergentes são partes constitutivas da sociabilidade e podem

ser vividas de forma coerente pelos próprios agentes. Ao longo das entrevistas essa coerência foi se evidenciando e pode ser traduzida pela expressão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Sinttraf) “tava cada um *brigando* pela sua pauta, mas todo mundo junto no mesmo *manifesto*”. Como um *assentado* explicou:

A1: Chamaram nós pra fechoação de estrada porque era um meio de *apoio*. O Agamenon [presidente do sindicato dos *produtores rurais*] sabia que a gente era quente [...] usou a gente de laranja, só falava em Flona, não falava da gente, mas Agamenon *ajudou* muito nós. (Entrevista em 31/10/2013).

Logo, quem *ajuda* ou *apoia* não está necessariamente na mesma *briga* no sentido de pauta e não *briga* entre si, como um *assentado* também indicou ao mencionar que um dos *fazendeiros* que fica “arrumando *encrenca* com *assentados*” participou do bloqueio, “mas não *brigando* com a gente” e sim para “*lutar* por uma terra que sabe que não vai ser dele”. Assim, a *encrenca*, de iniciativa de alguns *fazendeiros* que ameaçam não necessariamente leva a *brigas*. Nas narrativas sobre a *greve*, as *brigas* são direcionadas ao *governo* que, diferentemente desses agentes que se *apoiam/ajudam* em certas circunstâncias, não *ajuda* ninguém e descumpra *acordos*. A ideia de união era reforçada pelos presidentes do Sigapn e do Sinprunp, que afirmou ter mantido a “manifestação pacífica”:

Tá nos meus ombros qualquer incidente que tiver, apesar de que o incidente é que vai dar a pressa pro governo agir. Viraram o caminhão de milho de um cara lá, quase queimaram o milho dele. [...] Tinha uma equipe que queria quebrar o Ibama, não tavam aguentando<sup>11</sup>. (Entrevista em 21/10/2013).

Assim sendo, as categorias *apoio* e *ajuda* remetem à noção de troca elaborada por Simmel (1955), admitindo antagonismos e distâncias sociais (*fracos* e *fortes*), ao passo em que são distinguidas das *brigas* com o *governo*. São, portanto, formas de fazer concessões e renúncias para dar fim ou evitar conflitos. Porém, a assimetria de determinadas trocas abriu margem para julgamentos negativos por agentes externos à mesma, como foi o caso da acusação por parte de quem não aderiu à manifestação de que Agamenon estaria usando os *assentados*. Esses ou concordam ou acreditam que, apesar

<sup>11</sup> Um *assentado* confessou que queria ter “colocado fogo naquela carreta lá de milho, sorte que os presidentes dos sindicatos me tiraram porque a turma ia linchar ele”. Como Champagne (1984) identifica, os organizadores da manifestação são aqueles que a decidem, buscam controlá-la e visam agir principalmente sobre a representação que o público, através da imprensa, fará do grupo que se manifesta.

de terem sido usados, também foram *ajudados* ou, até mesmo, usaram os demais para divulgar as pautas do assentamento e pressionar o Incra. A própria adesão à manifestação implicava um compromisso de troca com seus integrantes – negada pelos *madeireiros*. Além deles, o ex-prefeito e *empresário* Neri Prazeres, frequentemente citado pelos interlocutores, se mostrou publicamente crítico à *greve*, pois “*não ajuda em nada*” por não ter diálogo com o *governo*. Aderiu assim à posição manifestada pelo jornal local Folha do Progresso, que também condenou o suposto uso dos *assentados*, os quais apontaram que Neri “*não ajuda ninguém*”.

De todo modo, o *apoio* e a *ajuda* extrapolam o evento em si e fazem parte de um processo de trocas cotidianas passadas e expectativas futuras. Como Neri nunca havia *ajudado* ninguém do assentamento, não se tinha expectativa de que seria diferente nesse momento. Em contrapartida, os *assentados* narraram a presença de outras lideranças municipais que costumam visitar suas casas e comer com eles, como os presidentes do STTR/NP e do Sigapn, além de enfatizarem toda a *ajuda* dada por Agamenon. Entretanto, com isso não se anula a existência de tensões, como as ocorridas na própria manifestação, nem se nega as diferenças qualitativas desses *apoios*, que podem se expressar com doações de alimentos e declarações públicas, cuja importância é reconhecida, mas que não são equivalentes a estar na *briga*. Por exemplo, é comum a constatação dentre *assentados* que muitos *apoiadores* “iam lá só pra comer, de noite iam embora” e, portanto, eles é que teriam sido os principais responsáveis pelo fechamento da BR-163, inclusive por terem cozinhado e dormido no local todos os dias.

### ***Andar e ter condições***

Apesar das diferenças em termos de mobilidade espacial e de atividades empreendidas, era evidente a centralidade das *andanças* nas histórias de vida dos manifestantes. Os *produtores* e *comerciantes* que reivindicam posses na Flona do Jamanxim e no PDS Terra Nossa passaram predominantemente pelas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste do país e principalmente pelas seguintes ocupações: *trabalho em fazenda* (especialmente como administrador do *patrão*); mineração (*patrão*); donos ou trabalhadores de serrarias;

construção civil; motorista de caminhão; taxista; *negócios*. Quando as *regras do jogo* mudam e a Flona é criada, os *produtores* que não tinham outros meios de “sobreviver” – muitos vindos nas *febres* do ouro e da madeira, do fim dos anos 1990 até 2004<sup>12</sup> – tiveram que: vender o lote, morar e trabalhar na cidade até a demarcação da Flona ser concluída; mudar-se para outra cidade; ficar na terra e parar temporariamente a produção agrícola; continuar produzindo, extraindo madeira e ouro ilegalmente, o que pode levar a multas e embargos.

Já aqueles que possuem maiores *condições*, segundo os interlocutores, puderam realizar outras atividades (como ser taxista e *comerciante*) e morar na cidade, conseguindo se adequar às novas *regras do jogo*. Esse é o caso de uma parte das famílias de *produtores* oriundas do Sul reconhecidas socialmente como *pioneiras*<sup>13</sup>, que chegaram em Novo Progresso nos anos 1970 e 1980, quando era “só a mata”. Os próprios se dizem *pioneiros* porque teriam permanecido apesar do *sofrimento* – ilustrado pelas histórias dos que foram embora ou morreram –, além de terem *investido* seus recursos na própria cidade. Isso se torna ainda mais relevante num contexto descrito como sendo de *abandono* pelo *governo*, obrigando a formação de lideranças locais que fossem capazes de: *andar* por Itaituba e outras cidades da BR-163 para conseguir trazer polícia, posto de saúde, produtos, pista de pouso para aviões do garimpo, motor de luz para fornecer energia para a cidade – o que Neri atribui sobretudo à sua própria família, “os Prazeres”; *brigar* pelo telefone – que Agamenon e um *empresário* dizem ter conseguido no fim dos anos 1990 indo a Belém.

Em suma, construíram progressivamente um “lugar para morar”. Atualmente, o *apoio* que foi sendo adquirido se estende a prefeitos, vereadores, sindicalistas, governadores, servidores públicos, deputados estaduais e federais. Essas personagens da história local conseguiram uma distinção política, podendo ou não ser admiradas, mas sempre comentadas e recomendadas em conversas enquanto homens poderosos, narrativas essas que são parte da construção da hierarquia na vida social (Gilsenan, 1996). Dessa forma, tanto o paranaense Neri, cuja família chegou em 1980 de Alta

---

<sup>12</sup> Para a noção de *febre* em outro contexto, cf. Guedes (2011).

<sup>13</sup> Há outra versão sobre quem é *pioneiro* que engloba *garimpeiros*.

Floresta (MT), quanto Agamenon, cuja família chegou em 1985 de Campo Grande (MS), são avaliados por *produtores* e habitantes da cidade em geral como importantes elos externos.

Quanto às *andanças* dos *assentados* entrevistados, em sua maioria se deslocaram com suas famílias por diversos locais do país antes de irem para Novo Progresso, com destaque para cidades no Pará, Maranhão, Mato Grosso e Paraná. No que tange suas ocupações, recorreram no passado e às vezes ainda recorrem a: garimpo (como cozinheiras ou na extração de ouro); *trabalho em fazenda*; trabalhadores de serraria; professor(a); pequeno comércio; empregada doméstica e babá. Para alguns *assentados*, as *humilhações*, isto é, as ameaças perpetradas por *fazendeiros*, através de pistoleiros ou jagunços, para saírem de suas terras não são novidade em suas vidas. A título de exemplo, um *assentado* já havia vivenciado a *humilhação* quando tinha posse de terra tanto em Mato Grosso quanto no Paraná, onde “disseram que *fazendeiro* vinha pra tomar”. Face às ameaças, ele se mudou com a esposa para o Paraguai, onde *entrou* em outra terra. Depois da morte da esposa, “vim pra Colíder (MT), lá sofri uma *humilhação*, jagunçada”. Ao lado disso, muitos tiveram dificuldade de acesso a terra pela impossibilidade de compra nos lugares por onde passavam. Por exemplo, um *assentado* contou que dado o *sofrimento* no Terra Nossa, foi para o Mato Grosso tentar conseguir terra, mas devido à valorização das terras optou por voltar para o PDS.

Mobilizam assim um conhecimento elaborado em torno de suas experiências nos deslocamentos realizados, bem como histórias e informações compartilhadas em suas redes sociais (Guedes, 2011, p.439; Desconsi, 2009, p.150). Esse conhecimento é vinculado a um saber estar em *brigas* ao resistirem à ameaça constante de perder a terra, o que faz com que se valorizem nas narrativas como *guerreiros*. Uma das maneiras de resistir era a evocação constante nas conversas da memória de Otávio<sup>14</sup>, um *fazendeiro* que foi assassinado por sempre “arrumar *encrenca*” não só com *assentados*, mas também com *madeireiros* e a polícia. Com isso, buscavam enfatizar o que poderia acontecer se outros *fazendeiros* ultrapassassem limites ao buscarem intimidar *assentados* na *luta* pela sua terra, cujo *direito* era debatido. Conforme

---

<sup>14</sup> Os nomes citados são fictícios, exceto os de lideranças.

contam, depois da morte de Otávio outros *fazendeiros* que *encrencavam* e buscavam *humilhar* – que eram contrastados com os fazendeiros *humildes*<sup>15</sup> –, “se acalmaram” e se voltaram para a disputa judicial com o Incra, que surtiu efeitos desfavoráveis para os assentados.

Do mesmo modo em que os *assentados* reconhecem um certo saber-fazer<sup>16</sup> dos *fracos guerreiros*, observam que alguns *fortes*, como Daniel, conseguem seus objetivos ao impedir a regularização do PDS, mesmo tendo posses irregulares segundo o Incra. Enquanto Otávio extrapolou os limites das *encrencas* e foi assassinado, o *fazendeiro* Daniel provavelmente adquiriu em suas *andanças* um conhecimento necessário para manter sua posição, que integra o seu estado de ter *condições*. *Condições* de: saber acessar instâncias estatais; de não sofrer consequências por grilar e intimidar *assentados*, além de vender madeira do assentamento apesar das denúncias – ao passo em que uma *assentada* recebeu uma multa do Ibama por um desmatamento feito por *fazendeiros* em seu lote –; e *condições* de ser ouvido e reconhecido pela justiça, que não ouviria o *assentado*. Isto é, ele sabe usar sua posição privilegiada na *briga*.

### Reputações e política

Os *assentados* avaliam a atuação de suas lideranças, em especial das seis associações do assentamento. As críticas se direcionam principalmente a dois presidentes de associação contrários à interdição da BR-163:

[um presidente de associação] falou que nós era posseiro e não *assentado* [...] Ele tem acordo com *fazendeiro*. [...]. Ele é estudado e é mais inteligente que a gente, mas só engana. [...] Ele chegou no início e tava do nosso lado, depois foi recebendo propina. [...] Tem quatro associações unidas aqui. Tem dois rebeldes [...]. (Assentada, entrevista em 29/11/2013).

Mesmo ressaltando qualidades de determinados presidentes e discordando por vezes de quem é confiável ou não, os entrevistados indicaram que não estão satisfeitos com as associações por “não batalharem” para fazer com que suas demandas *andem*. Vinculam a isso problemas morais de

<sup>15</sup> Isto é, aqueles que tentaram entrar em *acordo* e não *encrencavam* com assentados.

<sup>16</sup> O saber-fazer é o que, “levando em conta princípios gerais, [guia] a ação no seu próprio momento, de acordo com o contexto e em função de seus próprios fins” (Foucault, 2010, p.59).

determinados presidentes que *apoiariam fazendeiros*. E a própria posição de liderança, entre “a base” e o *governo* – sendo “gente de dentro” que deve ser inteligente, *andar* por Santarém e ter contatos externos – é assim objeto de acusações e expectativa por parte dos *assentados*.

Desse modo, a não adesão dos dois presidentes “rebeldes” à manifestação foi vista como comprovação do julgamento negativo que já tinham, principalmente quando é apontado que se reuniram justamente com Neri Prazeres, “que nunca os *ajudou*”, para darem fim ao bloqueio. Na leitura de um *assentado*, eles teriam ligado “pra Brasília dizendo que eram contra a greve, e Neri ligou pro Incra” para tentar chegar a um *acordo*. Neri confirmou que ligou para o superintendente do Incra em Santarém, com quem ele é “muito bem relacionado” por ser indicação de seu partido (PMDB), mas disse que o STTR/NP e o Sintraf também se encontravam nessa reunião. Na conversa por telefone, o *empresário* e *produtor* disse ter aconselhado o superintendente a fazer um ofício se comprometendo a atender as demandas dos *assentados* de forma a resolver o desacordo entre manifestantes, pois os *assentados* queriam continuar o bloqueio, enquanto os *comerciantes* já não queriam mais *apoiá-lo*.

Em suma, percorre a todas essas situações avaliações sobre como se deve *brigar* e disputas pela imposição de determinadas narrativas, que podem estar relacionadas a disputas pela representação política (Bourdieu, 2004). Enquanto Neri, a Folha do Progresso e os presidentes “rebeldes” do PDS Terra Nossa defendem o que o jornal chama de *acordo político*, as lideranças que bloquearam a BR-163 consideram ser positivo o caráter *briguento* de Agamenon. Portanto, as disputas pela imposição de narrativas sobre modos de *briga* mais eficientes, fundamentadas em versões de histórias de *brigas* do passado que fabricavam um conhecimento partilhado sobre o assunto, constituíam as próprias relações de concorrência (Gilsenan, 1996). Essas, por seu turno, pressupunham um reconhecimento mútuo do papel de liderança e dos problemas a serem enfrentados (Foucault, 2010; Laidlaw, 2014).

Entretanto, o reconhecimento mútuo não exclui acusações, inclusive por Neri, de que Agamenon não seria nem *produtor* nem *pioneiro* – apesar dele constar no livro escrito pela novoprogressense Oravec (2008) sobre os

*pioneiros* do município – para deslegitimá-lo enquanto representante dos *produtores rurais*. Por outro lado, o presidente do Sinprunp afirma que não deixa as críticas intervirem nas suas amizades, considerando-o seu *amigo*; porém, alfineta que “muita gente me critica por inveja, por não conseguir fazer, ou por *política* porque trata *política* como partido político”. Assim, facções dentre os *produtores* – as quais se fazem presentes em outros meios, como a imprensa local – acionam certos valores que são definidos continuamente nas suas interações sociais nessas disputas de reputações (Bailey, 1971), sendo o bloqueio da BR-163 um dos momentos privilegiados para isso, tendo em vista fixar relações e suas reputações em face da instabilidade permanente (Mauss, 2003; Simmel, 1955).

Enquanto Agamenon conseguiu cristalizar a percepção de que tem capacidade de articular *produtores*, *garimpeiros*, *assentados* e *comerciantes* para *brigarem* juntos num bloqueio de rodovia de oito dias, Neri é aquele reconhecido por ter se reunido com vereadores, sindicatos e associações do assentamento e por ter ligado para o Incra. Com isso, é atribuído a Neri o papel central no fim da interdição e a Agamenon no seu início. Uma vez que a reputação depende dos outros, inclusive dos adversários (Campbell, 1973) há muitas possibilidades para as avaliações morais que são feitas na construção de suas respectivas fomas – condutas estereotipadas que geram previsibilidade para relações futuras, como define Marques (2002, p.187). No caso aqui exposto, a fama de *briguento* pode ser considerada boa ou ruim para as *brigas* mais amplas a serem enfrentadas, o mesmo valendo para a fama de *político* de Neri – que como Agamenon ressalta, remete à “política dos partidos políticos”.

### **Ameaças e promessas**

Além do já enunciado consenso sobre a ilegitimidade das medidas governamentais, cabe ainda perguntar frente à persistência de uma forma de ação coletiva, até que ponto ela é bem-sucedida, isto é, atinge seus objetivos, conforme indaga Thompson (1998, p.186)? E, seguindo Sigaud (1986), por que continuam se manifestando quando houve descumprimento de acordos conquistados em cada *greve*?

No caso dos *produtores*, suas reivindicações foram gerando respostas consideradas positivas por parte do ICMBio ao longo do tempo, que chegou a propor a redução de 35 mil hectares da Flona do Jamanxim em 2009, proposta que foi rejeitada pelas associações e Sinprunp. Posteriormente, um grupo de trabalho do ICMBio de Brasília passou a analisar a desafetação de cerca de 200 mil hectares dessa unidade de conservação. E desde dezembro de 2016 se aponta a possibilidade de conseguirem quase os 400.000 hectares de redução que defenderam na audiência pública de 2013<sup>17</sup>. Já no caso dos *assentados*, a unidade do Incra voltou para Itaituba somente em meados do ano seguinte, mas até hoje não foi solucionado o problema da regularização do PDS, que continuou sendo sua pauta principal em novo bloqueio da BR-163 em fevereiro de 2016. Em 2013, lideranças enfatizavam a falta de conquistas após diversas tentativas, ao mesmo tempo em que observavam avanços:

[...] Fomos mais de vinte vezes pra Superintendência de Santarém [do Incra], fomos pro Ministério Público, que jogou prum tribunal em Brasília. [...] Já fechamos a BR na entrada do assentamento [em 2011]. Conseguimos a estrada e umas casas [...] 52 créditos e 28 casas. Esse fechamento agora é a mesma coisa. Ver se conseguimos alguma coisa. (Presidente de uma associação do PDS, entrevista em 28/10/2013; grifos nossos).

Além de remeterem sempre a episódios passados das *brigas* e seus efeitos, projetam incertezas quanto ao futuro, ameaçando sempre com novos *bloqueios* cada vez que se cogita a possibilidade de não se ter o problema resolvido. A ameaça é realizada em todos os discursos públicos (como audiências públicas) e conversas sobre a interdição da BR-163, sendo recorrentemente publicizada em periódicos locais. Portanto, a ameaça pública de fazer um protesto é uma ação performativa (Lambek, 2015), pois já é em si mesma uma manifestação que busca provocar a interlocução com o Estado, desde que fundamentada em ações passadas que demonstrem essa capacidade de mobilização (Thompson, 1998, p.187).

Frente a essas performances, o Estado reage com o que os próprios interlocutores identificam como promessas de *acordos*. No caso da Flona do Jamanxim e do PDS Terra Nossa, o Incra e o ICMBio buscaram responder sempre em suas notas oficiais o seu compromisso em buscar soluções para os

---

<sup>17</sup> A MP nº 756 assinada por Michel Temer em 20/12/2016 retira 57% da Flona do Jamanxim..

problemas levantados, mesmo quando não concordavam totalmente com a proposta defendida pelos manifestantes. A promessa, por sua vez, gera previsibilidade, expectativa e possível sanção se não for cumprida, como lembra Lambek (2011). Essa sanção, explicitada nas ameaças dos manifestantes, é a continuidade do ciclo, dessa relação de *briga* construída com o *governo* na qual não dá pra ser um “povo pacífico” por muito tempo e na qual o *acordo político* para muitos soa pouco eficaz, pois como relembram, o *governo* já quebrou *acordos* (e as próprias *regras do jogo*). Justificam sua adesão à manifestação por não poderem só esperar, havendo necessidade de novas ameaças e *greves*.

### **Como governar**

As discussões que surgiram sobre a manifestação enquanto evento descontínuo, marcado no fluxo cotidiano, estabeleciam critérios a serem empregados ao se avaliar práticas e compromissos (Lambek, 2015). Nesse sentido, se observa as diferenças entre quando se considera legítimo o *apoio* entre *assentados* e *fazendeiros* e quando é denunciado (recebimento de propina e beneficiamento pessoal de lideranças), o que se vincula a formas de estar ou não na *briga*. Mas também parece ter contribuído para a elaboração de modos de avaliar as práticas governamentais e de governar de modo geral, cruzando-se de certa forma o governo de si e dos outros (Foucault, 2010).

As avaliações morais sobre como o *governo* deveria governar muitas vezes apontam para a necessidade de *conhecimento* da *região* ou da “realidade” particular de cada grupo. Nisso parece residir a insistência dos *produtores*, *garimpeiros* e *assentados* em mostrarem a “realidade” para a pesquisadora vinda do Sudeste. Ao lado disso, há a exigência recorrente nas *greves* e ameaças de *greve* da presença física de agentes estatais que têm poder decisório, em especial do Incra, mas também de presidentes da república e juízes, para que *conheçam* a *região* e a “realidade das famílias”. Por outro lado, uma parte dos *produtores* denuncia o Ibama e o ICMBio, cujas presenças físicas são incontestáveis, pela mesma falta de *conhecimento*, mesmo que realizem estudos científicos.

Ser *humilde*, saber *andar* por Brasília e Belém, *conhecer* (a “realidade”, parlamentares, políticos, *apoiadores*, legislações), saber *brigar* (com *acordos* e/ou *greves*) e *ajudar* é contrastado nas narrativas com as ações de órgãos governamentais que não ensinariam nem os consultariam. A despeito dos mecanismos de participação, o *governo* não levaria em consideração suas histórias de *sofrimento* e de *luta*. Pelo contrário, criaria documentos, papéis e leis cujo efeito é a perda de seus *direitos* (no sentido legal e moral), o que prejudicaria a todos, mas principalmente quem não tem *condições*. Por fim, o *conhecimento* é fundamental para governar os grupos sociais que se formam em meio às *lutas* e *brigas*. Agamenon sugere isso ao valorizar o próprio papel de representante, aquele que “tem que *conhecer* legislação pra fazer manifestação pacífica” e que, diferente dos demais sindicatos e lideranças da *região*, tem “*conhecimento* dos deputados, autoridades federais e estaduais”. Enquanto o *governo* não teria *conhecimento* ou não saberia usá-lo de modo apropriado, algumas lideranças são avaliadas e se avaliam como tendo *conhecimento* e sabendo usá-lo a seu favor.

## CONCLUSÃO

A coalizão de interesses que acumulou forças tendo em vista a redelimitação tanto do PDS Terra Nossa quanto da Flona do Jamanxim se relaciona com o mercado de terras regulamentado pelo Estado. Seja como mercadoria, fonte de recursos naturais (madeira e minérios), ou meio de *trabalho* e *produção*, de acesso a serviços básicos e crédito rural, a terra encontra-se em uma disputa que envolve: órgãos e âmbitos estatais, *madeireiros*, mineradoras, *garimpeiros*, *trabalhadores rurais*, *produtores rurais* e *comerciantes*.

As narrativas sobre as causas das *brigas* e o papel de cada agente social expõem representações sociais sobre os *direitos*, o *sofrimento*, as *regras do jogo* e sua ruptura, a *humildade/humilhar*, ser *guerreiro*, *batalhador*, *briguento*, bem como oposições entre *fracos/fortes* ou *pequenos/grandes* vinculadas a diferenças de *condições*. Nas *brigas* do presente acionam um saber elaborado em experiências de vida nas *andanças*, assim como em informações, reputações e valores que circulam por meio das relações sociais

que construíram. Esse saber, por sua vez, se configurava em *conhecimento da região* e “da realidade”, que significa entender os *direitos* e as *condições* de cada agente. Mas também pode se tornar *conhecimento* de políticos, agentes estatais e leis, o qual é potencializado pelas lideranças ao *andarem* por Santarém, Belém e Brasília – nem sempre sendo traduzido em fazer demandas *andarem*.

Como vimos, o sujeito moral pode ser produzido por meio de acusações – através das quais se busca imputar responsabilidades éticas a determinados agentes – e de disputas pela imposição de narrativas, critérios de avaliação e valores. As lutas sociais e políticas aqui referidas às *brigas* e as experiências passadas e compartilhadas como *conhecimento* são objeto de particular preocupação moral desses agentes não só em eventos como o bloqueio da BR-163, mas no cotidiano, tendo efeitos nas suas ações e na configuração de suas relações sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. (2008), *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas.

ARAÚJO, Rosane. (2007), *Vozes Dissonantes: Estado, Discurso e Conflito no Oeste do Pará*. Tese de mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, Belém.

BAILEY, Frederick George. (1971), *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Oxford, Basil Blackwell.

BOURDIEU, Pierre. (2004), *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, Brasiliense.

CAMPBELL, John. (1973), *Honour, Family and Patronage: a Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community*. Oxford, Oxford University Press.

CASTRO, Edna Maria Ramos de, MONTEIRO, Raimunda & CASTRO, Carlos. (2005), “Dinâmica de Atores, Uso da Terra e Desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém”. *Papers do NAEA*, 179: 1-67.

CHAMPAGNE, Patrick. (1984), “La manifestation. La production de l'événement politique”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52-53: 19-41.

COMERFORD, John Cunha. (1999), *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

CORREA, Simy de Almeida, CASTRO, Edna Maria Ramos de & NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. (2013), "Política florestal e conflitos socioambientais na rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163)", in M. S. Carneiro & M. A. Neto & E. M. R. Castro (org.), *Sociedade, floresta e sustentabilidade*. Belém, Instituto Internacional de Educação do Brasil/NAEA.

DAS, Veena. (2012), "Ordinary Ethics". In: D. Fassin (org.), *A Companion to Moral Anthropology*. Chichester, Wiley-Blackwell.

DESCONSI, Cristiano. (2009), *A marcha dos "pequenos" proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir da trajetória de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião de Alto Teles Pires*. Tese de mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. (2010), *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. São Paulo, Graal.

GILSENAN, Michael. (1996), *Lords of the Lebanese Marches: Violence and Narrative in an Arab Society*. London-New York, I. B. Tauris Publishers.

GUEDES, André Dumans. (2011), *O Trecho, as Mães e os Papéis. Movimentos e Durações no Norte de Goiás*. Tese de doutorado. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. (1983), "Versões de uma Crise: o caso do "açúcar" no sul de Alagoas". *Boletim do Museu Nacional*, 46: 1-16.

HERZFELD, Michael. (1985) *The Poetics of Manhood: Contest and Identity in a Cretan Mountain Village*. Princeton, Princeton University Press.

LACERDA, Renata Barbosa. (2015), *Fazer movimentos: mobilidade, família e Estado no Sudoeste Paraense*. Tese de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em [http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/dissertacao\\_renata\\_lacerda\\_2015.PDF](http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/dissertacao_renata_lacerda_2015.PDF), consultado em 25/04/2017.

LAILAW, James. (2014), *The subject of virtue: an anthropology of ethics and freedom*. Cambridge, Cambridge University Press.

LAMBEK, Michael. (2015), *The ethical condition: essays on action, person and value*. Chicago, The University of Chicago Press.

LAMBEK, Michael. (2011), "Kinship as gift and theft: acts of succession in Mayotte and Ancient Israel". *American Ethnologist*, 38, 1: 2-16.

MARQUES, Ana Cláudia. (2002), *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

MAUSS, Marcel. (2003), "Ensaio sobre a dádiva", in M. Mauss, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.

OLWIG, Karen Fog. (2007), *Caribbean Journeys: An Ethnography of Migration and Home in Three Family Networks*. Durham, NC and London, Duke University Press Books.

ORAVEC, Gertrudes Strassburg. (2008), *A saga dos pioneiros no município de Novo Progresso - Pará*. Novo Progresso.

SIGAUD, Lygia. (1986). "A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas". *Dados*, 29, 3: 319-343.

\_\_\_\_\_. (1979) *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades.

SILVA, Patricia Guedes da. (2011), *Floresta Nacional do Jamanxim: mecanismo de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável*. Tese de doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, Belém.

SIMMEL, Georg. (1955), *Conflict And The Web of group Affiliations*. New York, The Free Press.

THOMPSON, Edward Palmer. (1998), *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras.

TORRES, Maurício. (2012), *Terra Privada Vida Devoluta: Ordenamento Fundiário e Destinação de Terras Públicas no oeste do Pará*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2005), *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília, CNPq.

\_\_\_\_\_. & BRANFORD, Sue. (2017), "Amazônia, terra sem lei: grileiros comandam avanço da fronteira agropecuária sobre a floresta". *The Intercept Brasil*, 24 abr. (série Tapajós sob ataque).

\_\_\_\_\_. DOBLAS, Juan & ALARCON, Daniela Fernandes. (2017), *Dono é quem desmata. conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense*. São Paulo, Urutu-branco; Altamira, Instituto Agronômico da Amazônia.